



EDUARDO CESAR

O professor Ceccone e a revolução paulista**

“Na vida real, verdadeira, na esfera do poder político(...) raramente são as figuras superiores, as pessoas das idéias puras que decidem, e sim uma categoria muito inferior, porém mais hábil: os personagens dos bastidores.”

Stephan Zweig. *Joseph Fouché, retrato de um homem político*

Quando se fala em Revolução paulista todo mundo pensa na Revolução de 1932, aquela que deu origem ao obelisco do Parque Ibirapuera e deu nome à Avenida 9 de Julho com o feriado correspondente. Todo mundo, que digo, é exagero. Eu diria que os que assim reagem são os da minha geração, que viram nos céus de São Paulo os combates aéreos entre vermelhinhos e federais ou perderam parentes nas trincheiras da Mantiqueira. Os jovens de hoje, se perguntados, dirão que 9 de Julho “é por causa do shopping de mesmo nome” ou coisa parecida. E têm razão. Porque a verdadeira revolução paulista deu-se em 1960, com a criação da FAPESP – a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Foi com a FAPESP que São Paulo saiu da Idade Média, que a Universidade deixou de ser um Clube onde se reuniam ilustres médicos, engenheiros e advogados para trocar idéias, que a indústria e a agricultura paulistas encontraram o apoio e a base para um desenvolvimento tecnológico auto-sustentável, que a Economia, as Ciências Humanas e as Letras foram reconhecidas como atividades válidas e úteis, que, enfim, a pesquisa nas Ciências, nas Técnicas e nas Atividades Culturais fora reconhecida como elemento-chave do progresso da sociedade. Dizer isso hoje é fácil. A televisão e a mídia nos encham ouvidos e olhos com os milagres da Ciência, das técnicas eletrônicas e informáticas, das biotecnologias, dos novos materiais e da terapia gênica.

Pensar isso nos anos 50, 60, na Vila Clementino ou no Bom Retiro, era privilégio de algumas raras cabeças. Então, se me perguntarem quem foi o homem, qual foi a principal cabeça, responsável por essa verdadeira revolução eu diria sem pestanejar: “Foi o professor Ceccone”. Como um historiador, perguntado sobre a Revolução, de 1932, responderia: “Foi Pedro

de Toledo”. Não que o professor Ceccone tenha feito tudo sozinho. Seria impossível. Mas o Pedro de Toledo também não fez sozinho a Revolução de 1932. Ceccone teve antecessores e sucessores. Seus sucessores todos conhecem. Foram o governador Carvalho Pinto e o reitor da USP, Antônio Barros de Ulhôa Cintra, que assinaram em 18 de outubro de 1960 a Lei de criação da FAPESP; foi o Plínio Arruda Sampaio, que serviu de intermediário entre o professor Ceccone e o governador; foram os deputados que aprovaram a lei; foram os pesquisadores Adriano Marchini e Luiz Meiller, que assessoraram os deputados; fomos nós, os militantes da Associação dos Docentes da Universidade que, liderados por Alberto Carvalho da Silva, fizemos horas e horas de *sitting* na Assembléia, pressionando os deputados. Os antecessores de Ceccone são também conhecidos, embora menos citados. Foram, sobretudo, Caio Prado Júnior e Mário Schenberg, essa dupla única de pesquisadores em Ciências Humanas e em Ciências Físicas que, como membros da bancada comunista na Assembléia Constituinte Paulista de 1947, fizeram incluir na Constituição a célebre emenda da bancada, pela qual a Carta paulista estabeleceu em seu artigo 123: “O amparo à pesquisa científica será propiciado pelo Estado, por intermédio de uma fundação organizada em moldes a serem estabelecidos por lei”. Determinando ainda que: “Anualmente, o Estado atribuirá a essa fundação, como renda especial de sua privativa administração, a quantia não inferior a meio por cento de sua receita ordinária”. Sem se esquecer que, em 1988, na redação da nova Constituição paulista, os deputados Aloysio Nunes Ferreira e Antonio Reski fizeram aprovar uma emenda aumentando essa alíquota para 1% e determinando o repasse mensal de recursos, o que eliminava efeitos negativos da inflação da época. Mas tudo isso teria ficado no papel se não fosse o professor Ceccone. Vocês pensam que

estou brincando? Então vejam essa história. Ela começa com um telefonema... Em março de 1960.

– Alô! É você, Luiz? – Apesar do tom angustiado reconheci a voz de meu cunhado Mauro, e o tom justamente me fez despertar mais rapidamente da sonolência matinal. Não eram ainda 7 horas da manhã (como verifiquei olhando o despertador de soslaio), e um chamado a essa hora era no mínimo preocupante.

– Sim, sou eu. O que é que há. Alguma coisa grave? Ruth? As crianças?

– Não! Não se inquiete! Vai tudo bem desse lado. Estou te telefonando por causa de um problema com o professor Ceccone.

– O professor Ceccone? Mas ele já não partiu de volta para a Itália? O que houve? Naufrágio do navio?

– Não! Quer dizer... Justamente. Na última hora a Universidade recusou-se a pagar a passagem de volta dele e da família. O navio em que ele fez as reservas vai partir de Santos depois de amanhã e eles não poderão embarcar! Você acha que se pode fazer alguma coisa?

– Escuta, Mauro. Estou ainda meio dormindo. É melhor você vir aqui em casa e me explicar isso direito.

Depois de tomar uma boa chuveirada para terminar de acordar, descii e fui preparar o café, que eu ainda estava tomando quando Mauro chegou esbaforido. Fi-lo sentar à mesa e servi-lhe um cafezinho para se acalmar. Depois propus que retomasse a história desde o início, sugestão que ele adotou, relembando mesmo fatos que eu já conhecia. Em resumo, o professor Ceccone, matemático italiano ilustre, fora contratado

pela USP, em 1956, para lecionar na Escola de Engenharia de São Carlos. Mauro, que era jovem matemático, assistente da Escola Politécnica, fora trabalhar com ele e se achava no sétimo céu. Considerava Ceccone um gênio. Ceccone era seu guru. O contrato era de dois anos, renovável, e fora realmente renovado uma vez. Ceccone, que estava de licença da universidade italiana, fora entretanto nomeado para assumir uma cadeira na Universidade de Gênova e, segundo o que autorizava o contrato, pedira, com a devida antecedência, rescisão do mesmo, o que o permitiria viajar de volta à Itália no início do ano 1960 e assumir a cadeira em Gênova. Solicitou então as passagens de volta, para ele e familiares...

– Como rezava o contrato – perguntei, interrompendo.

– Não! Justamente. Isso não constava do contrato, assinado apenas quando ele já estava aqui, mas constava

da carta-convite, assinada pelo Diretor de São Carlos.

– E quem pagou a viagem de vinda?

– A USP, naturalmente. Para ele, a mulher e os três filhos...

– ... O que não precisava constar do contrato, pois ele já estava aqui. Isso quer dizer que, se a carta-convite valeu para fornecer a passagem de vinda, deveria valer para fornecer a passagem de volta.

– Exatamente – disse Mauro.

Acontece, porém, que a Administração da USP não tinha entendido dessa maneira, e respondeu negando as passagens, alegando que o compromisso não constava do texto do contrato. O diretor de São Carlos pediu então ao reitor que o autorizasse a pagar as passagens com recursos da Faculdade, mas este respondeu que não tinha autoridade para tal e que consultaria o Conselho Universitário. O Conselho Universitário fora adiando a decisão. Transferindo de uma sessão para outra. Depois vieram as férias de fim de ano. O professor Ceccone, esperando a decisão do Conselho, reservara lugares no navio italiano Humberto I, que saía de Santos para Gênova.

Chegava-se assim à razão da visita intempestiva de Mauro àquela hora matinal: o Conselho Universitário examinara o pedido na véspera e o dera por desfavorável! Depois das explicações, Mauro implorou, com olhos úmidos de emoção:

– Você, com suas relações políticas, não podia fazer alguma coisa? Intervir? Pressionar o reitor?

Mauro tinha um mau entendimento da política universitária. Aliás, da política em geral. Vivia sempre nas nuvens das abstrações matemáticas. Como

“Foi com a FAPESP que São Paulo saiu da Idade Média e a Universidade deixou de ser um Clube de ilustres médicos, engenheiros e advogados”

**Militante do antigo PCB e professor da USP, Luiz Hildebrando exilou-se em 1964 na França, onde construiu notável carreira no Instituto Pasteur de Paris. Voltando ao Brasil em 1997, está hoje radicado em Rondônia, onde dedica-se a estudos sobre a malária.*

***O professor Ceccone e a revolução paulista in Crônicas de Nossa Época, HILDEBRANDO, Luiz, Paz e Terra, São Paulo, 2001, págs. 61-73.*

Este texto faz parte do segundo livro de crônicas-memórias de Luiz Hildebrando Pereira da Silva, que narra as articulações que resultaram tanto na criação da FAPESP, quanto na escolha, em 1960, do novo reitor da USP, que veio a presidir o primeiro Conselho Superior da Fundação. Dessas articulações participou ativamente o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, então representante dos professores-assistentes no Conselho Universitário – e também, por sinal, “revisor desta crônica”, segundo o autor.

sabia que eu me metia nas eleições do Conselho Universitário, na Associação dos Docentes da USP e nos movimentos pela reforma universitária, pensava provavelmente que eu fosse um elemento influente. Ora, o problema era exatamente o inverso. Eu era influente sim, mas na oposição. Tínhamos formado a Associação dos docentes, pressionávamos as velhas estruturas da Universidade, tínhamos conseguido mesmo a reforma do regimento do Conselho, com a inclusão de representantes de alunos, funcionários, assistentes e docentes livres, mas tudo isso na base da pressão. Pressão de base. Oposição firme ao feudalismo da Universidade, dominada pelo grupo de catedráticos ligados às tradicionais Faculdades profissionais: Direito, Medicina, Engenharia. O reitor, professor da Escola de Veterinária, era um paumandado dos manda-chuvas. Nessas condições, qualquer intervenção minha seria negativa. Não quis entretanto desanimar Mauro. Tratei primeiro, com ele, de resolver a situação imediata da família Ceccone, que já fechara casa em São Carlos e estava hospedada em uma pensãozinha vagabunda em São Paulo, aguardando os recursos para a viagem de volta. Conseguimos, com simples consulta telefônica, transferir a família para a casa de meus pais, que tinha quartos vazios depois do casamento dos filhos. Isso feito, o que nos dava tempo, disse a Mauro:

– Vá com Ruth se ocupar da mudança e instalação da família. Vou ver o que se pode fazer. Telefone mais tarde para casa dos meus pais para dar notícias.

Depois que Mauro se foi, pus-me a meditar. Que fazer? Criar um escândalo? Convocar assembléia dos docentes, denunciar o burocratismo, o provincianismo e a mediocridade da medida que comprometeria, sem dúvida, os programas de colaboração científica com a Itália, talvez com a Europa toda e cobriria a Universidade de ridículo? Convocar a imprensa? Dar entrevista coletiva? Tudo isso era possível, teria repercussão, desmoralizaria a direção do Conselho Universitário e o reitor, o que era de nosso interesse. Mas não traria solução imediata ao problema da família Ceccone. E, se não resolvêssemos isso, o desprestígio seria da Universidade em seu todo. Recairia não apenas sobre os feudais, mas sobre toda a Universidade. De repente veio-me a inspiração. Olhei o relógio e vi que eram 9 horas. Hora já de expediente. Passei a mão no telefone e disquei informações. Pedi o número do gabinete do governador no Palácio dos Campos Elíseos, que me passaram sem demora. Com uma certa ansiedade disquei o número e:

– Alô! Palácio do Governo. Que deseja?

– Quero falar com o doutor Plínio Arruda Sampaio.

– Quem está falando, por favor?

– O doutor Luiz Hildebrando.

Depois de numerosas transferências de secretária em secretária e de longas esperas, ouvi finalmente a voz de Sampaio:

– Hildebrando, meu velho, que prazer. Há quantos anos! Que posso fazer por ti?

– Prazer também em ouvi-lo, Plínio. Como sei que você é muito ocupado, vou rápido ao assunto. Queria que você me recebesse alguns minutos a respeito de um problema extremamente grave (e acentuei o extremamente) da Universidade.

Senti Sampaio hesitar. Em seguida ele retomou a conversa:

– Se for realmente por alguns minutos, pode vir imediatamente que o recebo.

– Obrigado, meu velho, estou chegando.

Saí correndo de casa, pulei no meu Fusca e saí à toda, rumo ao Palácio dos Campos Elíseos. Sampaio tinha reagido como eu esperara, e contente de aceder a um pedido meu. Eu nunca tinha pedido nada a ele, ao contrário, só lhe tinha causado dissabores. Plínio Arruda Sampaio tinha sido meu cordial inimigo no tempo de estudante. Fazia já alguns anos. No tempo, ele fora chefe da Juventude Universitária Católica, enquanto eu chefiava a Juventude Comunista. Respeitávamos-nos de longe, mas não nos poupávamos. Tínhamos nos enfrentado em numerosas batalhas, com resultados favoráveis alternados, ora a um, ora a outro. Estávamos agora em 1960. O tempo de estudante andava longe e eu não o vira desde então. Após a eleição de Carvalho Pinto ao governo de São Paulo, Sampaio fora chamado pelo governador para chefiar o gabinete. Era o seu primeiro cargo político. Chegando ao gabinete de Sampaio, depois de atravessar numerosas barreiras de secretárias e serventes, fui direto ao assunto. Insisti no aspecto desmoralizante para a Universidade de São Paulo daquela medida que poderia comprometer nossas relações científicas com a Europa. Carreguei nos tons, reforçando com caretas e ares de desolação profunda. Sampaio pareceu compreender perfeitamente o problema, fez algumas anotações e despediu-se dizendo:

– Olha aqui, Hildebrando, o governador está em audiência e não posso incomodá-lo, mas vou tratar disso assim que ele se liberar. Onde posso encontrá-lo? Dê-me seu telefone.

Voltei para casa e pus-me à espera. Eram já 11h30, e engoli rapidamente um sanduíche com um copo de cerveja, enquanto lia os jornais para passar o tempo e ali-

“Plínio Sampaio
tinha sido meu
cordial inimigo no
tempo de estudante.
Ele chefiava a JUC
e eu, a Juventude
Comunista.
Respeitávamos-nos
de longe”

viar a expectativa. O telefone soou às 14h35. Era Sampaio ao telefone:

– Hildebrando? O governador manda pedir desculpas ao professor Ceccone e manda igualmente dizer-lhe para comparecer ao Palácio amanhã a partir das 9 horas. Ele não sabe se terá possibilidade de saudar o professor e agradecer-lhe pessoalmente pelos serviços prestados ao país, mas pede-me que eu o faça se ele estiver impossibilitado. A passagem aérea dele, da esposa e dos filhos estará à disposição em meu gabinete. Passe bem, um abraço! E veja se me procura um outro dia com mais calma.

A solução do problema tinha exigido apenas 5 horas e 35 minutos. O professor Ceccone pensa seguramente, até hoje, que eu sou um homem muito influente no governo do estado de São Paulo.

* * *

A solução relâmpago do problema do professor Ceccone não termina aí. Na verdade, foi apenas um começo. O começo de uma verdadeira Revolução Paulista. Mas não chegamos ainda a ela. Por enquanto, nos dias que se seguiram à partida do professor Ceccone com a família, eu degustava, apenas com felicidade e uma ponta de sadismo, a humilhação imposta ao Conselho Universitário e ao Reitor. Nossos agentes infiltrados na Reitoria nos tinham relatado a atmosfera de perplexidade que provocara a medida relâmpago do governador e a reação entre colérica e desenhada do reitor. Discretamente,

ele nomeara uma comissão de fiéis para esclarecer as vias misteriosas por onde teria chegado ao governador a notícia que provocara a decisão. Eu, portanto, não esperava aquele novo telefonema de Sampaio, que veio uma semana depois:

– Hildebrando? Aqui é o Sampaio. Plínio Sampaio. Como vai você?

– Vou muito bem, principalmente depois do que você fez pelo professor Ceccone.

– Isso é nossa obrigação. Corrigir erros da Administração. A propósito, ele deu notícias?

– Claro, já chegou a Gênova. Está radiante! E agradeceu! Ganhou 15 dias substituindo a viagem de navio por avião. Manda agradecer “de joelhos”. Você seguramente ganhou ao menos dez pontos na sua caderneta de entrada no céu.

Sampaio riu-se e depois, em tom hesitante, retomou o diálogo. Começou por dizer que tinha conversado muito com o governador sobre a Universidade depois do incidente Ceccone. Disse que o governador tinha recebido, por vias indiretas, várias queixas sobre a me-

didada que tomara, que desautorizava o reitor e os responsáveis da Universidade. Entretanto, o governador tinha recebido também, ainda por vias indiretas, as felicitações de outros membros eminentes da Universidade pela medida que salvava a sua honra. Continuou, informando que o governador estava preocupado com a nomeação do próximo reitor, sem saber em quem se apoiar, e finalizou dizendo que ele, Sampaio, gostaria de conversar comigo sobre aquilo tudo.

Não me fiz de rogado e marcamos data e hora. A conversa dessa vez foi longa. Sentados nas confortáveis poltronas de couro na sala do Chefe de Gabinete, num fim de tarde, trocamos idéias sobre a Universidade, a filosofia feudal dominante na época, os objetivos e interesse do Governo, as proposições da Oposição, o conflito de gerações e de corporações presentes, as estruturas de poder, a correlação de forças em presença no Conselho Universitário, enfim, um pouco

de tudo. Verificávamos pouco a pouco certa convergência de objetivos. O governador Carvalho Pinto, como advogado, mas especializado em economia, tinha interesse em modernizar a Universidade. Desenvolver e estimular sua maior integração social, as atividades de pesquisa, em particular no setor tecnológico, mas entendia que isso exigia igualmente o desenvolvimento das Ciências básicas. Além disso, como homem culto que era, ele valorizava as atividades intelectuais, culturais e humanistas. Tinha, portanto, uma visão aberta e dinâmica da Universidade e consciência de sua estrutura arcaica de poder, baseada nos velhos cate-

dráticos, aferrados às posições. Subitamente, sem fazer pausas, Sampaio avançou para a ponta da poltrona, olhando-me nos olhos e me interrogou de chofre:

– Como é que você acha que se pode mudar a situação?

– Nomeando um reitor competente e independente – respondi no taco a taco.

– Com que perfil? – retrucou ele

– Homem de Ciência, mas que seja igualmente um intelectual.

– E vocês têm nomes a indicar?

Aquele “vocês” era ambíguo. Por um lado indicava que o governo, ou ao menos ele, Sampaio, estava disposto a fazer aliança com a esquerda para liquidar o poder feudal na USP. Mas, por outro lado, quando ele dizia “vocês” não ficava claro se ele se referia ao Partido ou à oposição no seu conjunto, o que revelava desconhecimento, tanto da correlação de forças no Conselho, como da nossa força real, que era na verdade bastante limitada: dispúnhamos de dois membros do Partido no Conselho, um professor da Faculdade de Farmácia e o repre-

“Plínio me perguntou o que fazer (para modernizar a Universidade). Respondi: nomeando um reitor competente e independente”

sentante dos estudantes, mais um simpatizante fiel representando uma Faculdade do interior. Três votos apenas em cinquenta e quatro conselheiros. Resolvi, entretanto, alongar o “suspense” e ironizar um pouco:

– Se você fala do Partido a resposta é “ainda não”. Não temos ainda condições de tomar o poder. Se você fala da oposição acadêmica, é claro que se pode pensar em nomes válidos, competentes, sérios e aceitáveis pelo governo e fazê-los entrar na lista tríplice do Conselho. Será difícil entretanto que ele seja um primeiro mais votado.

– Se for um nome aceitável – diz Sampaio – pelo que conversei com o governador, será nomeado mesmo se for o terceiro da lista.

* * *

No dia seguinte pela manhã, depois de noite mal-dormida, povoada de sonhos de complôs, fui procurar nossa gente do Partido na Faculdade. Reunidos com Abraão F., Erney C. e Luiz R. fizemos as contas: além dos três votos de que dispúnhamos no Conselho, podia-se contar como certos os votos do representante dos assistentes, Fernando Henrique Cardoso, e o dos docentes, Erasmo Garcia Mendes. Somavam-se ainda os votos da Faculdade de Arquitetura e da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, tradicionalmente na oposição, e votos esparsos de Ribeirão Preto, São Carlos e Piracicaba. Sampaio havia-me dito que os representantes da Faculdade de Economia e Administração eram amigos do governador. Perfaziam-se já cerca

15 a 20 votos seguros. Um bom começo. Precisava-se encontrar um nome que conquistasse novas áreas. Da Escola Politécnica, nem pensar. Os representantes no Conselho eram parte do núcleo do poder feudal. Da Faculdade de Filosofia, impossível. Apesar de contar com nomes importantes, nenhum deles passaria no Conselho onde, entre sorrisos debochados e piscadelas maliciosas, se falava da Faculdade como “escolinha de moças casadoiras”.

– Já sei – gritou Abraão. – Nosso candidato é o Ulhôa!

Antônio de Barros Ulhôa Cintra era professor da Faculdade de Medicina. Clínico, portanto, mas também cientista, desenvolvendo atividades de pesquisa em patologia clínica e muito bem considerado nacional e internacionalmente. A proposição de Abraão era engenhosa, porque Ulhôa era primo de Pedro de Alcântara, professor de Pediatria que, no momento, representava a Faculdade de Medicina no Conselho. Se a Medicina apresentasse Ulhôa como candidato carregaria os votos da Odontologia, da Enfermagem, da

Veterinária, além dos da Filosofia e da Farmácia. Chegava-se assim a mais de 30 votos, bom começo. Precisávamos consultar os companheiros do Hospital das Clínicas. Eles conheciam bem as qualidades e defeitos dos professores do setor clínico. Promoveu-se assim reunião plenária da célula, em que Reinaldo Chiaverini, Antônio Branco Lefèvre e Mário Taques Bittencourt se encarregaram de analisar a personalidade e o desempenho de Ulhôa Cintra. O balanço final foi positivo: Ulhôa Cintra era um democrata, com personalidade forte, mas atento e acessível à crítica e ao conselho. Intelectual culto, amigo das artes e ao mesmo tempo cientista, valorizando a pesquisa médica e atento aos progressos da Ciência em geral. Agnóstico, mas tolerante. Politicamente não era homem de esquerda, mas não tinha preconceitos e era certamente um liberal. Saiu, portanto, aprovado. Por unanimidade.

Faltava a consulta à direção da base que se reunia todas as quintas-feiras, à noite, na casa de Mário Schenberg, na Rua São Vicente de Paula. Nesses dias, nós do secretariado íamos chegando a partir das 19 horas e Barbara, sua mulher, nos acomodava no salão da biblioteca. Mário acordava em geral por essas horas. Seus hábitos de dormir à tarde e trabalhar noite a-dentro eram conhecidos. Ele nos recebia de pijama, cabelos desgrenhados, olhos ainda empuçados, puxando a fumaça do seu primeiro charuto do dia, ou melhor, primeiro charuto da noite. A reunião se iniciava molemente, sem nenhum formalismo, com um bate-papo sobre a atualidade

do dia e da semana. Mário Schenberg se interessava por tudo, mas tinha dois pólos dominantes: política internacional e vida cultural do país. Assim, antes de abordar as questões políticas de nossa alçada direta, fazíamos grandes digressões em torno das questões as mais diversas. O bate-papo era o momento, muitas vezes prolongado, do prazer diletante das conversas com Mário Schenberg, o homem mais inteligente que encontrei em minha vida. Ele era capaz de incursões sobre estética e estratégia política ou militar, teoria do conhecimento ou epistemologia das ciências, filosofia budista ou teoria quântica. Nossas reuniões se prolongavam assim pelos temas, os mais variados, e era necessário, com frequência, a intervenção do bom senso de Sebastião Baeta Henriques para nos trazer de volta à nossa realidade terra-a-terra. No secretariado, naquele ano, éramos cinco: além de Mário, Sebastião e eu mesmo, havia Ely S., físico, Albertino Rodrigues, sociólogo e economista, e Klaus Vogel, advogado. Cada um de nós coordenava, em princípio, a atividade política dos militantes do Partido em um se-

“Além dos votos de que o Partido dispunha, podíamos contar com Fernando Henrique Cardoso, o representante dos professores assistentes”

tor da Universidade. Militantes é maneira de dizer. Melhor seria dizer aderentes, cerca de quarenta nos diferentes Institutos e Faculdades da USP e federais, além do Instituto Butantan. Aderentes fiéis, mas pouco disciplinados, que se guiavam em suas ações mais pelo instinto e inspirações de momento do que por normas ou decisões partidárias. Nossa influência, entretanto, era maior do que a que se podia deduzir do número relativamente reduzido de aderentes. Tínhamos influência decisiva na Associação de Docentes da USP e certo peso na seção local da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e no próprio Conselho Universitário, graças a uma política de largas alianças com outros setores da esquerda.

Aquela reunião do secretariado se fez, entretanto, ampliando o número de participantes: Abraão F., Erney C., Antônio Lefèvre e Mário Taques vieram reforçar a representação do setor médico, por razões óbvias. Paulo Camargo, professor da Faculdade de Farmácia, nosso companheiro, membro do Conselho Universitário, fora convocado. O arquiteto Vilanova Artigas também compareceu. Naquele dia não houve bate-papo. Foi-se diretamente ao assunto: eleição do Reitor e candidatura proposta de Ulhôa Cintra. Mário Schenberg e Albertino, que não confiavam muito em médicos e farmacêuticos para dirigir a Universidade, questionaram o perfil de Ulhôa. Artigas manifestou-se contrário ao apoio a um médico, mesmo cientista, dizendo que tinha chegado o momento de valorizarmos o setor cultural e humanista para a direção da Universidade, provocando imediatamente a réplica de Schenberg:

– E desde quando Ciência não faz parte do “setor cultural”?

Era um caminho perigoso. Debate e confrontação entre Artigas e Schenberg eram freqüentes em nossas reuniões e levavam em geral a impasses. Foi necessário que intervíssemos para explicar que o problema não podia ser colocado naqueles termos, mas, de maneira muito mais pragmática, em termos de viabilidade de candidatura. A candidatura do Ulhôa era viável, não porque fosse científica, mas por razões conjunturais das representações no Conselho.

– Vocês acham que com ele se pode forçar o governo a regulamentar o artigo 123 para criação da Fundação de Apoio à Pesquisa? – perguntou Mário Schenberg, que vivia pensando nisso.

Os “médicos” foram categóricos em afirmar que Ulhôa seria seguramente um agente engajado e ativo nesse sentido. Com isso, Mário Schenberg e Albertino Rodrigues e, finalmente, mesmo Artigas, acabaram se convencendo e votaram todos a favor. Faltava instru-

mentar a ação. Abraão F. e eu fomos nomeados para as negociações.

No dia seguinte fomos, os dois, à casa de Fernando Henrique Cardoso, representante dos assistentes no Conselho Universitário, e expusemos o projeto. Fernando entusiasmou-se e, bom conhecedor do Conselho, nos disse que, se o nome fosse bem-visto pelo governador e se isso chegasse aos ouvidos dos conselheiros, ele carregaria os votos de todos os eternos indecisos.

– Vocês já consultaram o Ulhôa? – perguntou Fernando.

Abraão e eu nos entreolhamos. Naquela vaga de excitação tínhamos esquecido o principal. Será que Ulhôa Cintra estaria disposto a aceitar o encargo? Com todos os dissabores, conflitos e aborrecimentos de uma reitoria? Largar sua posição tranqüila de pesquisador clínico e professor da Faculdade para enfrentar cate-dráticos atrasados no Conselho Universitário?

– Precisamos saber se ele topa – concluiu Fernando Henrique.

No dia seguinte, Abraão e eu fomos procurar Ulhôa Cintra em seu gabinete do 8º andar do Hospital das Clínicas. Abraão não foi por meios caminhos e perguntou diretamente:

– Professor, o senhor quer ser reitor da USP?

Eu sempre admirei a sinceridade brutal e meio truculenta de Abraão. Ele, jovem assistente, como eu, da Faculdade de Medicina, lançava a pergunta como se tivesse o Conselho Universitário nas mãos. E era tão convincente que Ulhôa Cintra pareceu considerar normal a questão. Sem responder sim ou não Cintra pas-

sou a discorrer sobre sua visão da Universidade, como se já estivesse em campanha eleitoral. Depois, em nova sondagem de Abraão, sobre suas relações pessoais com o governador, revelou que eram conhecidos. Se não podiam se considerar amigos, ao menos respeitavam-se mutuamente. Saímos da entrevista para voltar correndo à casa de Fernando Henrique e informá-lo:

– O homem aceita. E parece que se dá bem com o governador.

– Nesse caso – disse Fernando – deixem comigo.

Deixamos. Isto é, eu deixei. Abraão F., não. Estava mordido pela trama do complô. Ele e Fernando Henrique tomaram nas mãos as demoradas negociações entre os Campos Elíseos e o Conselho Universitário. As semanas se passaram. Uma noite, eu estava tranqüilamente lendo meu jornal em casa quando o telefone soou:

– Luiz? Sou eu, Fernando. Acabamos de sair do Conselho. O Ulhôa Cintra entrou na lista tríplice. Em primeiro lugar!

“Fernando Henrique me ligou dizendo: Luiz, acabamos de sair da reunião do Conselho. O Ulhôa Cintra entrou na lista em primeiro lugar!”